



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CE

AOS PROJETOS DE LEI Nº 8.189, DE 2014, E Nº 3.514, DE 2012

Institui o “Dia Nacional da Síndrome de Down” e a “Semana Nacional de Ações Públicas e Sociais no Campo da Síndrome de Down”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Institui o “Dia Nacional da Síndrome de Down” e a “Semana Nacional de Ações Públicas e Sociais no Campo da Síndrome de Down”.

Art. 2º O poder público federal, estadual, distrital e municipal instituirá um conjunto de ações, em parceria com a sociedade, voltados para a compreensão, o apoio, a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho e o combate ao preconceito, em relação às pessoas com Síndrome de Down, seus familiares, educadores e agentes de saúde, por meio dos seguintes eventos:

I – a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down, com periodicidade anual;

II – o Programa de Orientação sobre Síndrome de Down para Profissionais das Áreas de Saúde e de Educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. O Programa de que trata o inciso II do caput é constituído dos seguintes componentes:

I – orientação técnica ao pessoal das áreas da Saúde e de Educação;

II – informações gerais à comunidade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato das pessoas com Síndrome de Down;

III – interação entre profissionais da Saúde, da Educação, familiares e portadores da Síndrome, tendente à melhoria da qualidade de vida destes últimos e ao aprimoramento dos profissionais e familiares, quanto à aplicação de conceitos técnicos na convivência com aqueles;

IV – ações de esclarecimento e coibição de preconceitos relacionados à Síndrome e aos seus portadores;

V - apoio pós-parto à mãe de criança especial, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;

b) esclarecimentos e orientações necessárias sobre a condição da criança e das suas especificidades;

c) possibilidade de permanência da mãe junto à criança especial em Unidades de Tratamento Intensivo – UTIs – por tempo mais dilatado e em horários diferenciados;

d) licença-maternidade e paternidade especiais, com remuneração, nos termos e prazo estabelecidos no laudo médico, para os pais de crianças especiais.

Art. 3º No âmbito do Programa de que trata esta Lei, deve ser implantado um Serviço Multimídia de Comunicação, de forma colaborativa com os diversos setores do poder público e organizações da sociedade, para a prestação de informações ao público a respeito da Síndrome de Down, tendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em vista a educação, a saúde, o trabalho e a prática de modalidades esportivas e artísticas para os seus portadores.

Art. 4º A Execução do Programa de que trata esta Lei deve prever a implantação de ações voltadas ao amplo sistema que integre os portadores ou educandos, educadores, pessoal da área da Saúde e dos familiares.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de setembro de 2015.

Deputado **SARAIVA FELIPE**
Presidente